

Aviso n.º 25051/2007**Plano de pormenor do Barranco do Rodrigo**

Fica sem efeito o aviso n.º 22 933/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 225, no dia 22 de Novembro de 2007, por ter sido publicado incorrectamente.

22 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**Aviso (extracto) n.º 25052/2007**

Por Despacho do Senhor Vereador dos Recursos Humanos de 30-11-2007, foi nomeado definitivamente, por transferência:

Maria Cristina Schoeppen Flores de Magalhães Oliveira (7517), técnico superior de 1ª classe

Por Despacho do Senhor Vereador dos Recursos Humanos de 30-11-2007, foram nomeados definitivamente

Carla Manuela Veiga da Silva Correia, engenheiro técnico principal
Ana Maria Barbosa de Azevedo (5550), técnico superior de animação cultural principal

Maria Manuela Ramos de Matos (5961), técnico superior de animação cultural principal

Maria do Rosário Marques Cruz e Sousa Pires (3608), técnico superior de animação cultural principal

Lucinda de Lurdes Resende Lopes de Oliveira (3496), técnico superior de conservação e restauro de 1ª classe

Branca Maria de Oliveira Soares da Costa (5402), técnico superior de serviço social assessor

Ilídio José Fernandes da Silva Cadeias, técnico superior área de psicologia de 1ª classe

Luís Hernâni Mamede de Campos Moreira (6462), técnico superior de engenharia electrotécnica principal

Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (6692), técnico superior de desporto principal

Pedro Maria Pacheco da Cunha Osório de Araújo (6468), médico veterinário principal

Verónica Alexandra Pereira da Silva (6974), técnico superior de educação social de 1ª classe

Cristina Maria Silveira Azurara da Silva (6571), engenheiro técnico agrário principal

José Manuel Torres de Sousa (3595), trolha principal

Armando Ferreira de Lima (6658), trolha principal

Não são devidos emolumentos — isento de visto de Tribunal de Contas)

10 de Dezembro de 2007. — A Directora de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Cristina Douteiro*.

2611070633

CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA**Aviso (extracto) n.º 25053/2007****Renovação de contratos a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de Novembro de 2007, e em cumprimento do disposto no artigo 2.º e 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foram renovados, extraordinariamente, pelo período de dois anos, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo com as seguintes trabalhadoras:

Luísa Alexandra Santinhos Mauricio e Maria de Guadalupe Venâncio Guerreiro, na categoria de Cantoneira de Limpeza, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2008.

(Processos isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3, do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

6 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

2611070763

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES**Aviso n.º 25054/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de engenheiro técnico mecânico — Estagiário — Nomeação**

Para os devidos efeitos se faz público que por despacho de 06 de Dezembro de 2007, se procedeu à nomeação para Engenheiro Técnico Mecânico de 2ª classe, do candidato classificado, no 1º lugar do concurso referido em epígrafe, dispensado do estágio probatório, cujo aviso de abertura datado de 20 de Junho de 2007, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 13 de Julho de 2007.

Pedro Miguel da Conceição José

O candidato nomeado deve apresentar-se a tomar posse do lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

2611070785

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA**Aviso n.º 25055/2007**

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 2007/11/19, foi nomeada a seguinte candidata aprovada no concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de técnico profissional de 2ª classe (museografia arqueológica), do grupo de pessoal técnico profissional:

Ana Sofia Cataludo Rita Calado Vieira

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07/12, a candidata tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2007. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel dos Santos Baracho*.

2611070770

CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA**Aviso n.º 25056/2007****Abertura de concurso interno geral para provimento de um lugar de chefe de secção**

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à Administração Local por força e com as adaptações do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho do Presidente da Câmara, de 28 de Novembro de 2007, se encontra aberto concurso interno geral para provimento, de um lugar de Chefe de Secção, integrado no grupo de pessoal de Chefia do quadro de pessoal deste Município.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga em concurso, esgotando-se com o preenchimento do lugar.

3 — Conteúdo funcional — o definido no Despacho n.º 1/90 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.

4 — Local de trabalho — as funções correspondentes ao lugar em concurso serão desempenhadas no Edifício do Município da Trofa.

5 — Remuneração e condições de trabalho — os titulares dos lugares a prover serão remunerados pelo índice 337, escalão 1, constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 1.101,15, sendo-lhes aplicável, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da Administração Local.

6 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso apenas os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

a) Gerais — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Especiais — os referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela

Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicáveis à Administração Local através do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*;

7.2 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, entregues pessoalmente nos Serviços de Recursos Humanos, sitos no Edifício Nova Trofa (Pólo 2), ou remetidas através do correio, sob registo e com aviso de recepção, para Município da Trofa, Rua das Indústrias, n.º 393, 4785-624 Trofa, expedidas até ao termo do prazo fixado em 7.1, delas devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, profissão, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Lugar a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data de publicação do respectivo aviso no *Diário da República*;

c) Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

d) Enumeração dos documentos exigidos no presente aviso, apresentados com o requerimento.

7.2.1 — Documentos exigidos — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Declaração emitida pelo respectivo serviço comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, carreira e na Administração Pública, e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;

d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e Número de Contribuinte.

7.2.2 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou entrega de documento falso, implica a participação à autoridade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- a) Prova escrita de conhecimentos;
- b) Entrevista profissional de selecção;
- c) Avaliação curricular.

8.1 — A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos gerais e específicos dos candidatos, exigíveis e adequados ao exercício da função, tendo por base o seguinte programa:

- a) Prova de conhecimentos gerais:

Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março; com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto; Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio e Decreto-Lei n.º 181/2007, 09 de Maio); e Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);

Deontologia profissional — carta ética (10 princípios éticos da Administração Pública).

- b) Prova de Conhecimentos Específicos:

Atribuições e competências e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro);

Modernização Administrativa — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março;

Procedimento Administrativo — Código do Procedimento Administrativo — o acto administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro);

Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

Duração — 2 horas.

8.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

8.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

9 — Critérios/Sistema de classificação

9.1 — A classificação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações de avaliação, traduzidas na seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + EPS}{3}$$

em que CF = Classificação final; PC = Prova de conhecimentos; AC = Avaliação curricular e EPS = Entrevista Profissional de Selecção.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos que as solicitem.

10 — A relação dos candidatos admitidos será afixada, para consulta, na Secção de Recursos Humanos.

11 — Os candidatos excluídos serão notificados de acordo com o estabelecido no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia da prova de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O Júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente: Eng.º António Rodrigues da Costa Pontes, Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Dr.ª Manuela Amaral da Silva Espojeira, Chefe de Divisão, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Judite Carolina Adães Sá Barbosa Couto Pereira, Chefe de Divisão.

Vogais suplentes:

Dr.ª Patrícia Alexandra da Costa Serra, Técnica Superior de 1.ª classe;

Dr.ª Elsa Mónica Ferreira de Sá, Técnica Superior de 2.ª classe.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

28 de Novembro de 2007. — O Presidente do Júri, *António Rodrigues da Costa Pontes*.

2611070607

Aviso n.º 25057/2007

(Proc.º n.º 16/2007-SRH)

Abertura de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior de serviço social

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à Administração Local por força e com as adaptações do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho do Presidente da Câmara, de 28 de Novembro de 2007, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de Técnico Superior de 1.ª classe, da carreira de Técnico Superior de Serviço Social, integrado no grupo de pessoal de Técnico Superior do quadro de pessoal deste Município.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga em concurso, esgotando-se com o preenchimento do lugar.

3 — Conteúdo funcional — o definido no Despacho n.º 5651/2004, do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Março de 2004.

4 — Locais de trabalho — as funções correspondentes ao lugar em concurso serão desempenhadas no Edifício do Município da Trofa.

5 — Remuneração e condições de trabalho — o titular do lugar a prover será remunerado pelo índice 460, escalão 1, constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o